

LINGUAGEM SENSÍVEL AO GÊNERO – OU A LÍNGUA REINTERPRETADA

 *Antónia Coutinho**

Resumo

Este artigo pretende estimular a reflexão linguística sobre linguagem sensível ao género, no contexto português e em diferentes epistemologias. Na primeira etapa, verifica-se se há razões linguísticas para o masculino genérico e a concordância nominal no masculino, discutindo descrições e explicações gramaticais de referência em Portugal. Segue-se uma descrição qualitativa de soluções alternativas em uso no português europeu contemporâneo. Por fim, em linha com uma linguística de base interacionista social, devedora de Saussure e Coseriu, perspetiva-se a língua na dialética que vai do social ao individual e do individual ao social – e na tensão entre a solidariedade com a técnica herdada, a sua reinterpretação e a iniciativa de recriação.

Palavras-chave: Masculino genérico, concordância nominal, alternativas em uso, interacionismo social, individual *vs* social.

Abstract

Gender-Gender-Sensitive Language – or the Language Reinterpreted

This article aims at stimulating linguistic reflection on gender-sensitive language in the Portuguese context, in different epistemologies. First, it examines whether there are linguistic reasons for generic masculine and noun agreement in the masculine, discussing reference grammatical explanations in Portugal. A qualitative description of alternative solutions in contemporary European Portuguese follows this. Finally, in line with socio-interactionist linguistics, indebted to Saussure and Coseriu, language is seen in the dialectical movement from the social to the individual and from the individual to the social – and in the tension between solidarity with the inherited technique, its reinterpretation and the initiative to recreate it.

Keywords: Generic masculine, noun agreement, alternatives in use, social interactionism, individual *vs* social.

* Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL, NOVA FCSH), 1061-061 Lisboa, Portugal. Direção postal: Av. de Berna, 26-C, 1061-061 Lisboa, Portugal. Endereço eletrónico: acoutinho@fcs.unl.pt

Résumé

Langage sensible au genre – ou la langue réinterprétée

L'article se propose de stimuler la réflexion linguistique sur le langage sensible au genre, dans le contexte portugais, selon différentes épistémologies. D'abord, on vérifie s'il y a des raisons linguistiques pour le masculin générique et l'accord nominal au masculin, en discutant des explications grammaticales de référence au Portugal. Il s'en suit une description qualitative d'alternatives en portugais européen contemporain. Finalement, en ligne avec une linguistique interactionniste sociale, héritière de Saussure et de Coseriu, la langue est perçue dans un mouvement du social à l'individuel et de l'individuel au social – et dans la tension entre la solidarité avec la technique héritée, sa réinterprétation et l'initiative de recreation.

Mots-clés: Masculin générique, accord nominal, alternatives en utilisation, interactionnisme social, individuel *vs* social.

1. Introdução

Em Portugal, a comunidade linguística tem-se mantido alheada de questões de *linguagem sensível ao género* – expressão que decorre da definição estabelecida no Glossário do *European Institute for Gender Equality*¹ e foi preferida a *linguagem neutra, não sexista* ou *inclusiva* por se considerar captar a problemática em causa de forma mais direta e específica. Haverá razões várias para o alheamento referido. Mas uma das que certamente o determina passa pela predominância (frequentemente tácita) de uma linguística formal e inatista. A presente contribuição situa-se em contracorrente: assumindo-se na perspetiva de uma linguística de base interacionista social (Coutinho 2023), o principal objetivo será evidenciar algumas das implicações que daí podem decorrer, em termos de *linguagem sensível ao género*.

O artigo está estruturado em cinco partes. A seguir a esta introdução, procura-se indagar a suposta evidência associada ao uso do masculino genérico e da concordância nominal no masculino, através da leitura crítica de trabalhos clássicos em linguística e de gramáticas de referência, de épocas diferentes e com diferentes orientações. Na terceira parte, apresenta-se uma panorâmica de formas alternativas em uso no português europeu contemporâneo, que permitem constatar sinais de mudança. Das condições de mudança linguística se ocupa a quarta parte: retomando o enquadramento epistemológico interacionista social e os contributos de Saussure e de Coseriu, serão equacionadas perspetivas suscetíveis de contribuir para uma melhor compreensão da dialética entre o individual e o social, do ponto de vista de eventuais mudanças linguísticas. As notas conclusivas resumem o percurso realizado e apontam linhas de reflexão, para falantes e para linguistas.

¹ Cf. https://eige.europa.eu/publications-resources/thesaurus/terms/1354?language_content_entity=en. Note-se que a expressão é também usada em vários trabalhos da área, nomeadamente Sczesny, Formanowicz & Moser 2016.

2. Masculino genérico e algumas questões sobre concordância nominal

A justificação para o uso do masculino genérico costuma invocar o carácter não marcado do termo masculino. Mas, como assinala Lyons (1977, 305), a noção estrutural de termo marcado/não marcado, herdada da escola de Praga, abarca sentidos diferentes. Por um lado, trata-se de uma marcação formal, isto é, da presença ou ausência de um elemento que estabelece a oposição entre os termos de um par (como em *host/hostess* ou *lion/lioness*). Por outro, está em causa a relação entre marcação formal e distribuição: “o membro da oposição formalmente marcado tende a ser mais restrito em termos de distribuição (i.e. do leque de contextos em que ocorre) do que o termo formalmente não marcado” (Lyons 1977, 306)². Além disso, o autor sustenta que a marcação distribucional pode ser determinada pela marcação semântica, sublinhando que também este caso é independente da marcação formal: “Um lexema semanticamente marcado é um lexema mais específico, em termos de sentido, relativamente ao lexema correspondente, semanticamente não marcado” (Lyons 1977, 307)³. O alcance deste princípio fica mais evidente quando o autor discorre à frente sobre pares que dizem respeito a espécies animais: em pares em que um termo é semanticamente marcado e outro não, relativamente ao sexo dos animais, nem sempre o termo marcado corresponde ao termo disponível para o animal fêmea (como em *lion/lioness*):

A palavra ‘bull’ [touro] é marcada em relação a ‘cow’ [vaca], ‘cock’ [galo] (ou ‘rooster’ [capão]) em relação a ‘hen’ [galinha] e (para falantes que normalmente não usariam a palavra ‘ewe’ [ovelha]), ‘ram’ [carneiro] em relação a ‘sheep’ [ovelha]. A razão para tal parece ser o facto de os machos destas espécies serem normalmente mantidos pelos agricultores em menor número do que as fêmeas, e apenas para reprodução: o principal stock é de fêmeas e estas são tratadas pela estrutura lexical do inglês como a norma não marcada. (Lyons 1977, 308)⁴

Poder-se-ão discutir os exemplos, em inglês ou a propósito de eventuais correspondentes em português. Mas a questão decisiva, na argumentação de Lyons, é o facto de evidenciar que o critério de marcação semântica e de impacto distribucional pode ser condicionado por fatores contextuais e que não depende, em

² No original, “the formally marked member of the opposition tends to be more restricted in its distribution (i.e. in the range of contexts in which it occurs) than the formally unmarked member”.

³ No original, “A semantically marked lexeme is one that is more specific in sense than the corresponding semantically unmarked lexeme”.

⁴ No original, “The word ‘bull’ is marked in relation to ‘cow’, ‘cock’ (or ‘rooster’) in relation to ‘hen’ and (for those speakers who would not normally employ the word ‘ewe’) ‘ram’ in relation to ‘sheep’. The reason for this would seem to be that males of these species are normally kept in smaller numbers by farmers than females, and purely for breeding; the main stock is female, and this is treated by the lexical structure of English as the unmarked norm”.

si mesmo, de qualquer constrangimento estritamente linguístico. Neste sentido, parece difícil não reconhecer que a distribuição restrita dos pares do género feminino (*professora* ou *leitora*, por exemplo), relativamente aos pares ditos não marcados (*professor* ou *leitor*) é condicionada pela ideia de que o masculino se sobrepõe ao feminino – ou que o masculino precede o feminino, de acordo com uma concepção inequivocamente herdeira da visão judaico-cristã que faz a mulher surgir da costela de Adão⁵. Em última análise, reconhecer-se-á que essa distribuição está histórica e culturalmente associada a uma visão patriarcal e machista da sociedade. Note-se, a este propósito, a lucidez subtil de Óscar Lopes, na *Gramática Simbólica do Português*:

Esta ambiguidade de significados das formas do masculino (sobretudo do masculino plural), particularmente reforçada pela concordância sintáctica («homens e mulheres corajosos») é que, em morfologia do Português, torna aceitável que um nome seja nomeado (os nomes também se nomeiam, também podem ser objecto de designação), nas gramáticas e dicionários, pela forma do masculino singular. Diz-se «o substantivo professor»: tal forma masculina singular vale como forma genérica não-marcada. Daí o considerar-se tradicionalmente que o tema de formas flexionais como «aluno», «aluna», «alunos», «alunas», seja «aluno» e não «alun-». **São óbvias as razões históricas-sociais deste privilégio linguístico.** (Lopes 1972, 68, destaque meu)

Que não se sustente hoje (pelo menos abertamente) essa subalternidade não impede o facto de a linguagem reiterar o preconceito, perpetuando o apagamento e a invisibilidade do universo não masculino. É o que corrobora uma das conclusões mais significativas do estudo experimental de Matos (2020, 90), segundo a qual os masculinos genéricos são preferencialmente interpretados como específicos – mesmo que tenham sido intencionalmente produzidos como genéricos. Este fenómeno de enviesamento masculino tende a ver-se reduzido através da ocorrência explícita de nomes masculinos e femininos, verificando-se ser “particularmente eficaz quando o termo lexicalmente feminino estiver situado na periferia esquerda do sintagma nominal” (Matos 2020, 86).

Na sequência da passagem de Óscar Lopes atrás citada, importa também observar a concordância do adjetivo, quando envolve nomes de géneros diferentes – questão que se revela significativa quando se observam os pontos de vista assumidos em gramáticas de referência, de épocas diferentes e que se enquadram em perspetivas epistemológicas distintas, no contexto português.

Na *Grammatica Historica da Língua Portuguesa*, Said Ali elenca o que refere como “regras fundamentais” para os casos que oferecem dificuldade: uso do masculino,

⁵ Trata-se, na verdade, de uma das duas narrativas da criação no livro do Génesis – a do capítulo 2 que, segundo Pintasilgo (1981, 95) “foi escrita antes da narrativa do cap. 1 (entre os séculos X e IX A.C.) e que é rica em acontecimentos comuns às culturas e às cosmogonias do Médio Oriente”. A primeira narrativa – que, segundo a mesma autora, foi escrita por volta do século IV A. C. – coloca em pé de igualdade a mulher e o homem.

quando há uma ocorrência de género feminino e outra de género masculino; e uso do plural, quando há uma coocorrência no singular e outra no plural (Said Ali 1931, 63). Mas o mais relevante é o autor relativizar o alcance das referidas regras: “Estas regras dão ideia da pratica, da concordancia em traços muito geraes. Não se applicam a todos os casos, e, quando aproveitaveis, não podem ter a pretenção de valerem sempre com rigor proprio das formulas mathematicas” (Said Ali 1931, 63).

O autor também evidencia a mudança a que o uso sujeita a relativa estabilização, numa dada época (Said Ali 1931, 87). Curiosamente, o caso que aponta como tendendo a entrar em desuso (a concordância, no singular, com o género do último nome, quando estão em causa nomes de géneros diferentes, no singular) é visto como mais comum por Cunha e Cintra (1984, 274) – que consideram como “mais rara”, nesses casos, a concordância que leva o adjetivo para o masculino plural. De resto, a concordância em género com o nome mais próximo é identificada por estes autores como mais comum nos casos de concordância do adjetivo com nomes de géneros diferentes e do singular, por um lado, e com nomes de géneros diferentes e do plural, por outro (Cunha & Cintra 1984, 274). E ainda que assinalem como mais comum a concordância no masculino plural, quando estão em causa nomes de géneros e números diferentes, a concordância em género com o nome mais próximo continua a ser reconhecida como uma possibilidade “que não é rara quando o último substantivo é um feminino plural” (Cunha & Cintra 1984, 275).

No volume III da *Gramática do Português*, Raposo e Brito (2020, 2508) acusam Cunha e Cintra de não fundamentarem a forma como identificam casos mais ou menos frequentes, nas situações atrás descritas. A pertinência desta crítica não afeta um contributo fundamental, do ponto de vista da questão orientadora do presente trabalho. Trata-se da recomendação com que os autores criticados concluem a secção em causa, evidenciando que à prática comum (ou regra geral) se sobrepõem critérios de não ambiguidade e de clareza:

Quando está em concordância apenas com o substantivo mais próximo, o adjectivo nem sempre caracteriza de forma precisa o substantivo dele distanciado. Por isso, em todas as hipóteses mencionadas, pode-se e deve-se, caso a concordância origine qualquer dúvida, repetir o adjectivo para cada um dos substantivos. (Cunha & Cintra 1984, 275)

Esta flexibilidade desaparece do capítulo da *Gramática da Língua Portuguesa* sobre categorias sintáticas: “Se todos os Ns tiverem os mesmos valores de masculino e feminino, o adjectivo concorda com o N quanto ao género, como em (4a); se houver pelo menos um N do género masculino, este determina a concordância do adjectivo” (Brito 2003, 330). Pelo contrário, e independentemente da crítica atrás referida, as duas generalizações apontadas por Raposo e Brito (2020) não divergem, em linhas gerais, da descrição de Cunha e Cintra (1984): a generalização A diz que o adjectivo pode concordar em género e número com o nome mais próximo;

de acordo com a generalização B, há concordância com o género comum quando os dois nomes são do mesmo género; e concordância no masculino, quando o género dos dois nomes é diferente. As generalizações não trazem novidade, mas interessa ver reconhecida a ausência de explicação formal para os fenómenos em análise: “Uma questão que se coloca é a de explicar estruturalmente qual poderá ser a fundamentação gramatical subjacente às duas generalizações. Reconhecendo que há algo de especulativo nos comentários que seguem, poder-se-ia propor o seguinte [...]” (Raposo & Brito 2020, 2509). E o que se segue limita-se a reiterar o critério de não marcação: “quando o género dos nomes é distinto, a concordância no masculino deve-se ao carácter não marcado do valor masculino para a categoria do género em português” (*ibid.*, 2509).

Em síntese:

- i. é o carácter não marcado do nome masculino que aparece como justificação para o uso do masculino genérico e para a concordância nominal no masculino plural, com nomes de géneros diferentes;
- ii. a oposição semântica marcado/não marcado não implica, no entanto, que o termo marcado seja sempre, necessariamente, o masculino, estando a outra possibilidade, ainda que menos frequente, dependente de fatores contextuais;
- iii. na gramática histórica de Said Ali (1931), as regras gerais sobre concordância são claramente perspectivadas como flexíveis (por darem conta de práticas, sujeitas a alteração);
- iv. a vantagem da repetição, em alternativa ao masculino genérico, como estratégia de clareza e de não ambiguidade, é perspectivada em contextos significativamente diferentes: numa gramática de referência (Cunha & Cintra 1984), ainda que considerada hoje normativa⁶; e no contexto de um estudo experimental (Matos 2020);
- v. nos contributos incluídos em gramáticas de referência tidas como descritivas e explicativas (Brito 2003; Raposo & Brito 2020) há ausência de observações de natureza comunicacional, textual ou estilística, pelo menos no que diz respeito ao tópico em análise, e impera como critério (praticamente inflexível) o carácter não marcado das formas masculinas.

Pode assim dizer-se que, ainda que se faça crer que o uso do masculino genérico e a concordância no masculino correspondem a regras inquestionáveis, essa inflexibilidade é, afinal, uma representação gramatical relativamente recente, veiculada por gramáticas com orientação generativista (ainda que nem sempre explicitamente assumida).

⁶ Na medida em que recorre a produções literárias para atestar os exemplos de “linguagem culta”, como os autores referem no prefácio – ainda que afirmem recorrer também a “factos da linguagem coloquial” (Cunha & Cintra 1984, XIV).

3. Alternativas em uso

Em contraponto à panorâmica atrás apresentada, importa ver que soluções alternativas estão em uso. Não se trata de uma abordagem sustentada pela bibliografia já disponível sobre as possibilidades de linguagem sensível ao gênero ou de escrita inclusiva (por exemplo, Abbou 2019). Tendo em conta, em particular, a invisibilidade desta questão no panorama linguístico português (Coutinho 2021), pretende-se antes verificar que soluções ou estratégias se podem encontrar atualmente em uso no português europeu.

Assumindo uma perspetiva qualitativa e interpretativa, evidenciam-se casos que se apresentam como significativos, por razões várias: por oscilarem entre o caráter paritário e uma dimensão mais amplamente inclusiva; por sugerirem tendências em curso ou por parecerem residuais; por corresponderem a decisões tão determinadas quanto discutíveis ou por evidenciarem instabilidade e flutuação; por não terem hipótese de serem integradas no sistema da língua ou por se apresentarem como alterações forçadas ao sistema da língua.

Assim, a observação empírica mostra uma tendência crescente para o recurso à explicitação das formas de feminino e de masculino em fórmulas de abertura, nomeadamente em programas de televisão e de rádio e em discursos político-partidários. Podem atestar essa tendência as aberturas dos discursos na noite das eleições legislativas de 2024, em Portugal, a seguir reproduzidas⁷:

Luís Montenegro (AD): Obrigado a todas e a todos. Permitam-me que comece por endereçar um cumprimento muito especial a todas e a todos os portugueses.

Paulo Raimundo (CDU): “Caros camaradas, caros amigos, senhoras e senhores jornalistas, [...]”

Pedro Nuno Santos (PS): Boa noite a todas e a todos. Boa noite aos portugueses que nos acompanham ainda. E eu queria, aliás, começar por agradecer a participação de todos os portugueses neste ato eleitoral [...].

Mariana Mortágua (BE): Obrigada pela vossa energia. Esta sala cheia é o reflexo da campanha que fizemos. Foi uma grande campanha, com muita energia. E aqui estamos. Aqui estamos, todas e todos.

Os casos apontados permitem dizer que não se trata de uma tendência confinada a uma opção ideológica de esquerda (apesar de André Ventura, do partido de extrema-direita Chega, se apresentar em contracorrente: “Meus caros, muito boa

⁷ Trata-se de transcrições a partir de “Discursos na noite das eleições – Legislativas de 2024” (cf. <https://www.youtube.com/watch?v=eZUC9zyvtWw&list=PLczfMnohwqhpC2hU1mwCh1rk-QPugyXQWx>). Seguiu-se a ordem de apresentação dos discursos no *YouTube* e, dados os propósitos do presente trabalho, não se considerou necessário recorrer a critérios específicos de transcrição.

noite a todos”)⁸. Correspondendo provavelmente à solução mais fácil e evidente, a coocorrências das duas formas é fundamentalmente paritária, ou insuficientemente inclusiva, deixando de fora as pessoas LGBTQIA+. Ainda assim, e sem pôr em causa um horizonte plenamente inclusivo, pode ser pertinente perguntar até que ponto soluções de natureza paritária continuam a ter uma função a cumprir, do ponto de vista da luta feminista (Abbou 2019); ou, se preferirmos, no sentido de refazer o histórico apagamento das mulheres e viabilizar a novidade subversiva que pode emergir da “experiência vivida por uma metade da humanidade que se tornou solidária através da consciência da sua opressão” (Pintasilgo 1981, 67).

Outras tendências são facilmente reconhecidas. O símbolo arroba aparece em textos mais ou menos informais: uma pesquisa *Google* associa imediatamente a expressão “Car@s colegas” a usos nas redes sociais (nomeadamente, *Instagram* da Associação Portuguesa de Antropologia e *Instagram* da Associação de Estudantes da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, *Facebook* do Sindicato dos Maquinistas, *Linkedin* do Núcleo de Estudantes de Ciência Política da Universidade do Minho). Parênteses e barras tendem a ocorrer em textos de carácter administrativo ou institucional: é o caso, por exemplo, da mensagem do Diretor da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, no Guia do Estudante da ESE – 2023/2024, pág. 4⁹.

O carácter não sistemático destas soluções pode verificar-se no interior de um mesmo texto – como evidencia um documento publicado em linha pela Direção Geral de Educação, sobre a ação de formação “No teu corpo mandas tu”¹⁰. Num texto relativamente curto, coocorrem as seguintes expressões (aqui numeradas segundo a ordem de ocorrência):

1. Capacitar docentes [...];
2. [...] para que os docentes saibam: [...];
3. Destinatários: Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico, Secundário e de Educação Especial;
4. 1 docente por Agrupamento de Escolas;
5. [...] a seleção priorizará um/a docente por escola e os/as docentes que se inscreveram nas turmas anteriores e faltaram sem cancelar a inscrição serão considerados apenas em caso de vaga.

Uma análise rápida evidencia a ausência de regularidade relativamente a soluções linguísticas sensíveis ao género – embora seja inequívoca essa preocu-

⁸ Os vídeos dos discursos de Nuno Melo (CDS/AD), Rui Rocha (IL) e Rui Tavares (Livre) não mostram as sequências de abertura.

⁹ Cf. http://www.si.ips.pt/ese_si/web_gessi_docs.download_file?p_name=F1792313437/Guia_ESE2.pdf

¹⁰ Cf. <https://www.dge.mec.pt/noticias/4-edicao-afcd-no-teu-corpo-mandas-tu-educar-para-cidadania-com-afetos-e-sem-abusos>

pação. A irregularidade pode associar-se a uma decisão política de “praticar o tumulto” (Abbou 2019, 237). Mas não pode deixar de estar relacionada, também, com a experimentação que decorre do que sai da norma. Assim, os casos 2 e 3 apresentam-se como convencionais, usando formas de masculino genérico (apesar de a ocorrência de “docentes”, onde poderia ter ocorrido “professores”, sugira a consciência do impacto das escolhas lexicais); os casos 1 e 4 parecem traduzir um esforço de resistência ao masculino genérico (seria possível, e talvez mesmo previsível, a ocorrência do determinante – “Capacitar os docentes” em vez de “Capacitar docentes”; e o facto de o numeral não ocorrer por extenso, em 4, pode eventualmente corresponder a uma tentativa de criar, através da imagem do número, um efeito de neutralidade visual que a explicitação do numeral determinante numeral cardinal não poderia veicular); o caso 5 mostra soluções paritárias, com recurso a barras, mas evidencia também a dificuldade de coesão referencial (a concordância com o sujeito gramatical faz-se apenas no masculino, apesar de o determinante feminino ocorrer à direita). Pode considerar-se que as oscilações apontadas, ou algumas delas, sugerem um outro problema: falta de revisão do texto.

Seja como for, sobre as estratégias de que estamos a falar – barras, parêntesis e arroba – pesa uma limitação intransponível: são recursos de natureza semiótica (como tal, produtores de sentido), mas que não funcionam na oralidade (é impossível dizer em simultâneo os efeitos de sentido que são visualmente disponibilizados, nesses casos). Ainda que possam ter um papel na perspetiva de uma escrita mais inclusiva, não poderão impor-se como recursos propriamente linguísticos, uma vez que não cumprem uma propriedade característica dos signos linguísticos (a linearidade). A utilização de X mantém-se no mesmo âmbito restrito da escrita – evidenciando-se ainda, neste caso, a impossibilidade fonológica em português, pela inexistência de um núcleo silábico vocálico (em termos simples: ‘alunXs’ é impronunciável, em português europeu). Esta restrição não se verifica no caso da solução com E ou -e, a favor da qual se poderá invocar a existência, no sistema do português tal como o conhecemos, de nomes com índice temático (que, como atrás se viu, pode acumular o valor de género) em -e. Este argumento não será suficiente, por si só, para justificar uma alteração tão invasiva relativamente às formas lexicais com índice temático em -a e -o. Acresce que esta estratégia faz parte de uma solução mais ampla – a do chamado sistema gramatical neutro ELU, que promove a introdução (no sentido de criação deliberada) de uma forma pronominal neutra (elu/elus ou ile/iles). Estes últimos casos – neutralização de marca de género com recurso a E ou -e e utilização de pronomes neutros, que o sistema do português contemporâneo não inclui – são estratégias claramente mais inclusivas, por resistirem a uma conceção binária de género, e também mais ousadas, por implicarem decisão de intervenção premeditada sobre a estrutura da língua. Sem qualquer abordagem estatística, pode considerar-se que estes usos têm uma circulação restrita no português europeu, aparecendo associados a tomadas de posição ideologicamente fortes. É o caso, por exemplo, da rede Ex Aequo, associação “de

jovens lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e apoiantes com idades entre os 16 e os 30 anos em Portugal”, em cujo sítio *web* se pode ler: “Vem conviver com outros jovens LGBTI” ou “Mantém-te atento às redes sociais online da rede *ex aequo*”¹¹. Importa destacar, no entanto, um caso recente de uso do sistema gramatical neutro, com um impacto considerável: trata-se de um livro de histórias para crianças, contadas em verso, que abordam temáticas várias, numa perspetiva de diversidade e inclusão. Intitulado *No meu bairro*, com autoria de Lúcia Vicente e ilustrações de Tiago M., o livro, publicado em 2023 pela Penguin Random House Grupo Editorial, com o apoio da CIG e da Amplos, usa o sistema gramatical neutro. Tendo sido alvo de uma forte contestação por parte de movimentos de extrema-direita, que invadiram o espaço de lançamento do livro, a primeira edição esgotou rapidamente. Este facto não significa adesão ao sistema gramatical neutro, que ficou certamente exposto a um círculo mais alargado do que o habitual – a incluir, com certeza, público infantil. Importa sublinhar a abertura da editora, ao aceitar esta publicação com sistema gramatical neutro, bem como a solidariedade ativa da Fundação José Saramago – que, depois do incidente referido, ofereceu as suas próprias instalações para um segundo lançamento.

Os casos observados são suficientes para evidenciar que qualquer coisa está a mexer nos usos linguísticos do português europeu, do ponto de vista da sensibilidade à questão de género: estejam em causa usos com tendência para alguma generalização ou que parecem associados a segmentos sociais específicos, por um lado, e usos mais ou menos instáveis e não regulares ou fortemente intrusivos relativamente à estrutura da língua, por outro, a questão está socialmente instalada – independentemente do silêncio ou da resistência da comunidade científica (linguística) em Portugal.

4. Quem (e como) muda a língua?

A resistência da comunidade científica portuguesa relativamente às questões de linguagem sensível ao género deve-se, em larga medida, à convicção de que a língua não é nem deixa de ser, em si mesma, sexista. Este ponto de vista, largamente consensual, ilude, no entanto, uma questão de fundo: diferentes opções epistemológicas sobre a natureza da linguagem humana podem determinar a forma como se encara a mudança.

Numa conceção biologizante e inatista da linguagem, a sobredeterminação das estruturas cognitivas vai de par com a universalidade das estruturas linguísticas e ambas determinam que a linguagem seja processada generativamente (à semelhança de um computador)¹². Nesta perspetiva generativista, é central a

¹¹ Cf. <https://rea.pt/>

¹² Ironias várias: a conceção generativa conduziu à conceção de ferramentas generativas de produção de texto por Inteligência Artificial (como o *ChatGPT*, entre outras); e Noam Chomsky, o

noção de *gramática universal* – concebida “como um órgão biológico” e “entendida como a soma dos princípios linguísticos geneticamente determinados específicos à espécie humana e uniformes através da espécie” (Raposo 1992, 45-46). Ainda assim, o reconhecimento de fenómenos de variação acarreta uma tensão entre descrição e explicação, como mostra Raposo (1992, 48): “A arte reside pois em chegar a um equilíbrio exacto entre estes dois pólos, ou seja, a um sistema ao mesmo tempo suficientemente flexível para permitir a variação linguística mas suficientemente restringido para explicar a rigidez final do sistema de conhecimentos adquiridos”. Este esforço de equilíbrio parece não incluir a possibilidade de variação ou mudança relativamente à questão de que nos ocupamos – como evidencia a análise atrás desenvolvida.

Por sua vez, a epistemologia interacionista social não dispensa os adquiridos da história social coletiva (e os contributos do marxismo filosófico)¹³: se é verdade que a possibilidade da fala depende das condições biológicas, estabilizadas no processo de hominização, a especificidade da espécie humana, no que diz respeito à linguagem, está associada a um salto qualitativo, do plano biológico para o histórico-social, em termos filogenéticos e ontogenéticos. Neste sentido, o desenvolvimento da linguagem é, na espécie humana, condição de consciência e de desenvolvimento das funções psíquicas superiores (ou de desenvolvimento cognitivo, se preferirmos). Isto implica também o primado dos textos e dos discursos, enquanto interações comunicativas através das quais cada falante se apropria da língua, mas também a repõe em uso (consoante as fases etárias e de desenvolvimento e as circunstâncias comunicativas). Trata-se, em última análise, de uma relação dialética: o carácter social da língua sobrepõe-se ao individual, na medida em que cada pessoa se apropria de um produto histórico – “uma técnica determinada e condicionada historicamente”, como dirá Coseriu (1987, 19); mas as circunstâncias individuais de uso da língua podem suscitar usos diferenciados, que não têm, só por si, estatuto de facto linguístico. Para que tal aconteça, é necessário que a diferença se repita de forma continuada (em usos particulares) e se instale nos usos generalizados da comunidade falante. Saussure é absolutamente claro em relação a estes aspetos:

Se tudo o que se produz de novo foi criado por ocasião do discurso é dizer ao mesmo tempo que é do lado social da linguagem que tudo se passa. Por outro <lado> bastará tomar a soma dos tesouros de língua individuais para ter a língua. Com efeito tudo o que se considera na esfera interior do indivíduo é sempre social porque nada aí pene-

linguista responsável pela versão moderna desta conceção cognitivista da linguagem (a linguística generativa), demarca-se hoje, de forma inequívoca, da suposta evolução das ferramentas de IA, acusando-a de ser uma grave ameaça ao pensamento crítico (cf. <https://www.nytimes.com/2023/03/08/opinion/noam-chomsky-chatgpt-ai.html> ou <https://www.publico.pt/2023/04/28/culturaipilon/entrevista/noam-chomsky-inteligencia-artificial-ataque-radical-pensamento-critico-2047342>).

¹³ Cf. Bronckart 2010, 17.

trou que <não seja> primeiro <consagrado pelo uso> de todos na esfera exterior da fala. (Saussure 1996, 66; sublinhado no original)¹⁴

Formas, gramática não existem senão socialmente, mas as mudanças partem de um indivíduo. As mudanças, de individuais, tornam-se sociais. (Saussure 1957, 9)¹⁵

Nesta dialética (do social ao individual, e inversamente) fica em jogo outra dualidade constitutiva da língua – “ao mesmo tempo muito fixa e muito mutável” (Saussure 1957, 1)¹⁶. A mudança não resulta nunca, linearmente, da mera iniciativa individual. No entanto, isso não invalida a possibilidade de intervenção sobre a língua, que se apresenta a cada falante como um produto recebido, mas cuja natureza é a de uma atividade: *ergon* versus *energeia*, como, retomando Humboldt, explicará mais tarde Coseriu (1987, 22). Que elementos do complexo pensamento saussuriano podem ainda ajudar a equacionar esta problemática?

Por um lado, Saussure rejeita a ideia de uma reflexão premeditada que conduza à criação de novas formas, fazendo antes valer a criação improvisada, em resposta às solicitações da fala:

Os factos linguísticos podem passar por ser o resultado de atos da nossa vontade? [...]; ora, de todos os atos que se poderiam colocar em paralelo, o ato linguístico, se posso nomeá-lo assim, tem este caráter [de ser] o menos refletido, o menos premeditado, ao mesmo tempo que o mais impessoal de todos. (2002, 150)¹⁷

A nova forma <eu acho> não se cria numa assembleia de académicos a discutir sobre o dicionário. Para que esta forma penetre na língua é preciso que 1. alguém a tenha improvisado e 2. improvisado por ocasião da fala, do discurso, e <é> o mesmo para todos aqueles que depois se deparam com isso. (Saussure 1996, 65)¹⁸

¹⁴ No original, « Si tout ce qui se produit de nouveau s’est créé à l’occasion du discours c’est dire en même temps que c’est du côté social du langage que tout se passe. D’autre <part> il suffira de prendre la somme des trésors de langue individuels pour avoir la langue. Tout ce que l’on considère en effet dans la sphère intérieure de l’individu est toujours social parce que rien n’y a pénétré qui <ne soit> d’abord <consacré par l’usage> de tous dans la sphère extérieure de la parole ». Nesta citação, como nas seguintes, respeitam-se as opções editoriais (em particular, relativamente ao uso dos sinais < >).

¹⁵ No original, « Formes, grammaire n’existent que socialement, mais les changements partent d’un individu. Les changements, d’individuels, deviennent sociaux ».

¹⁶ No original, « à la fois très fixe et très changeante ».

¹⁷ No original, « Les faits linguistiques peuvent-ils passer pour être le résultat d’actes de notre volonté? [...] ; or, de tous les actes qu’on pourrait mettre en parallèle, l’acte linguistique, si je puis le nommer ainsi, a ce caractère [d’être] le moins réfléchi, le moins prémédité, en même temps que le plus impersonnel de tous ».

¹⁸ No original, « La nouvelle forme <je trouve> ne se crée pas dans une assemblée de savants discutant sur le dictionnaire. Pour que cette forme pénètre dans la langue il faut que 1. quelqu’un l’ait improvisée et 2. improvisée à l’occasion de la parole, du discours, et il en <est> de même pour tous ceux qui sont tombés ensuite dessus ».

Que uma nova forma não seja criada numa assembleia de linguistas permanece consensual; mas que determinada instância possa, em determinado momento, reconhecer novas formas que o uso generalizou também parece normal – independentemente da polémica que acompanhe esse reconhecimento. Por outro lado, a ausência de premeditação relativamente a novas formas pode tornar-se menos evidente se se considerarem as necessidades do discurso ou o paralelismo com a criação literária, como adiante se verá. Além disso, Saussure insiste fortemente sobre o caráter natural da atividade criadora, entendida como atividade combinatória de recursos (internamente) disponíveis:

Qual é o valor dessas análises feitas pelos próprios sujeitos, para as criações novas? Lembremos que <em linguística> quando se fala de criação não se trata de criação ex nihilo: [...]. A atividade criadora não será mais do que uma atividade combinatória, é a criação de novas combinações. Mas uma combinação <feita> com que materiais? Não são dados pelo exterior, é necessário que a língua os retire de si própria, por isso era necessário o primeiro ato de análise: <a língua> passa o tempo a interpretar e a decompor o que está nela, da contribuição das gerações precedentes – é essa a sua mina! – para em seguida com as subunidades que obteve combinar novas construções. (Saussure 1996, 90)¹⁹

Associa-se a possibilidade de “novas criações” sobretudo a fenómenos lexicais. Mas será verdadeiramente uma inevitabilidade? Algumas passagens de Saussure sugerem que a relação de cada geração com a língua que herda é alheia à história (da língua): “A língua pode ser considerada como interpretada em cada momento pela geração falante que a recebeu. Cada geração não a interpreta como a precedente: os meios para compreender a língua já não são os mesmos” (Saussure 1997, 59, *apud* Bronckart 2008, 28)²⁰. Parece assim abrir-se espaço para instabilidades (a configurarem-se, ou não, como mudanças) que uma visão linguisticamente informada não colocaria – mas que podem corresponder ao movimento de autoequilíbrio para que a língua, tal como interpretada numa dada época, permaneça funcional, ou funcionalmente concordante. Será levar demasiado longe esta definição de Saussure (2002, 129): “A língua é o conjunto

¹⁹ No original, « Quelle est la valeur de ces analyses faites par les sujets eux-mêmes, pour les créations nouvelles? Rappelons <qu'en linguistique> quand on parle de création il ne s'agit pas de création ex nihilo: [...]. L'activité créatrice ne sera qu'une activité combinatoire, c'est la création de nouvelles combinaisons. Mais une combinaison <faite> avec quels matériaux? Ils ne sont pas donnés de l'extérieur, il faut que la langue les puise en elle-même, c'est pourquoi il fallait le premier acte de l'analyse: <la langue> passe son temps à interpréter et à décomposer ce qui est en elle, de l'apport des générations précédentes – c'est là sa carrière! – pour ensuite avec les sous-unités qu'elle a obtenues combiner de nouvelles constructions ».

²⁰ No original, « La langue peut être considérée comme interprétée à chaque moment par la génération parlante qui l'a reçue. Chaque génération ne l'interprète pas comme la précédente: les moyens pour comprendre la langue ne sont plus les mêmes ».

das formas concordantes que este fenómeno assume numa coletividade de indivíduos e numa dada época”?²¹

Importa lembrar a importância da analogia como “princípio geral das criações da língua” (Saussure 1996, 63). Salientem-se três aspetos: que as criações analógicas são entendidas propriamente como criações ou inovações (e não transformações); que o autor reitera, especificamente a este propósito, a ausência de intenção da parte de quem fala; e que aproxima a criação analógica da criação literária (porque nos dois casos o processo não surge do nada, mas recorre a elementos que já existem). O último aspeto referido parece poder relativizar a ausência de intencionalidade anteriormente apontada. Ainda que a questão permaneça em aberto, não se pode deixar de reconhecer que os processos mais ousados ou intrusivos, referidos na secção anterior, parecem ser (apenas) isso: criações (ou inovações) analógicas. Será levar demasiado longe o pensamento de Saussure? Talvez não:

Não devemos <portanto> ver no fenómeno analógico senão criações, inovações (coisas que se criam de novo), criações, não do nada, mas <em que> todos os elementos são dados como em toda a criação literária, artística. <Num> sentido <portanto> apenas num,> os fenómenos analógicos podem chamar-se mudanças, é se se <fala> do conjunto da língua, <da> totalidade do tesouro da língua. Do ponto de vista geral da língua, as criações analógicas levam <de facto> a uma mudança: alguma coisa é criada e alguma coisa é abandonada. <Neste caso, quando> se fala da evolução da língua pode-se dizer que o fenómeno analógico é uma força transformadora da língua, se bem que as criações analógicas não sejam transformações! (Saussure 1996, 63)²²

5. Conclusão (impossível) sobre o devir da língua

O percurso que aqui se fecha permite algumas conclusões: a suposta obrigatoriedade de uso de masculino genérico e de concordância com o masculino não se impõe como um facto propriamente linguístico; as gramáticas lidam de forma diferente com esta questão, verificando-se maior inflexibilidade nas que

²¹ No original, « La langue est l'ensemble des formes concordantes que prend ce phénomène chez une collectivité d'individus et à une époque déterminée ».

²² No original, « Nous ne devons <donc> voir dans le phénomène analogique que des créations, que des innovations (des choses qui se créent à nouveau), créations, non pas du néant, mais <dont> tous les éléments sont donnés comme dans toute création littéraire, artistique. <En un> sens <pourtant, en un seul,> les phénomènes analogiques peuvent recevoir le nom de changements, c'est si l'on <parle de> l'ensemble de la langue, <de> la totalité du trésor de la langue. Au point de vue général de la langue, les créations analogiques entraînent <en effet> un changement: quelque chose est créé et quelque chose est abandonnée. <Dans ce cas, quand> on parle de l'évolution de la langue on peut dire que le phénomène analogique est une force transformatrice de la langue, bien que les créations analogiques ne soient pas des transformations ! ».

adotam – ainda que nem sempre explicitamente – uma orientação generativista; a observação empírica dá conta da procura de soluções alternativas, mais ou menos pontuais e flutuantes, por vezes sem carácter linguístico; a revisitação de autores que se reconhece hoje terem contribuído para uma epistemologia interacionista social, como Saussure e Coseriu²³, evidencia a complexidade do funcionamento da língua, enfatiza a tensão entre o social e o individual, mostra a importância da reinterpretação que cada geração faz da língua, enquanto produto herdado, e a possibilidade de novas formas, resultantes de uma atividade criadora, que combina os seus próprios recursos.

Acrescentem-se ainda duas linhas de reflexão. A primeira tem a ver com a margem de decisão sobre as escolhas – conservadoras ou inovadoras – que recaem sobre quem usa a língua:

A tensão dialética entre o antigo e o novo corresponde ao facto de a língua se constituir pela mudança linguística, quer dizer pelo processo da objetivação histórica do que é criado individualmente (pelo indivíduo). Também aqui, de resto, o sujeito falante manifesta pela seleção a sua alteridade, quer dizer a sua solidariedade com o passado ou com as forças conservadoras ou, inversamente, com as forças inovadoras que participam na criação da língua. (Coseriu 2010, 70)²⁴

A outra perspetiva o trabalho em linguística: não se trata de negar esta solução ou de promover uma outra, mas sim de descrever o que se passa e, se possível, contribuir para uma compreensão informada sobre as alternativas que vão sendo experimentadas (Coutinho, Diwald & Muelas-Gil 2024).

Mais não se poderá com certeza concluir. E a razão é simples: “É por princípio impossível que um estudo sincrónico da língua faça justiça à língua enquanto possibilidade e, portanto, enquanto devir” (Coseriu 2010, 71).²⁵

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/03213 – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL).

²³ Veja-se Bronckart 2008 e Coutinho 2023.

²⁴ No original, « La tension dialectique entre l’ancien et le nouveau correspond au fait que la langue se constitue par le changement linguistique, c’est-à-dire par le processus de l’objectivation historique de ce qui est créé individuellement (par l’individu). Ici aussi, du reste, le sujet parlant manifeste par la sélection son altérité, c’est-à-dire sa solidarité avec le passé ou avec les forces conservatrices ou, à l’inverse, avec les forces innovatrices qui participent à la création de la langue ».

²⁵ No original, « Il est par principe impossible qu’une étude synchronique de la langue rende justice à la langue en tant que possibilité et, donc, en tant que devenir ».

Conflito de interesses

Não existem quaisquer conflitos de interesse.

Referências bibliográficas

- Abbou, Julie. 2019. « La langue est-elle toujours un lieu de lutte féministe? De la contrefaçon sémiotique à la libéralisation. » *Recherches féministes* 32(2): 235–258. DOI: <https://doi.org/10.7202/1068348ar>
- Brito, Ana Maria. 2003. “Categorias sintáticas.” In *Gramática da Língua Portuguesa*, organizada por Maria Helena Mira Mateus, et al., 323–432. Lisboa: Caminho.
- Bronckart, Jean-Paul. 2008. « Genres de Textes, Types de Discours, et « degrés » de Langue. » *Texto ! Textes et Cultures* 13(1). URL: <https://archive-ouverte.unige.ch/unige:37287>
- Bronckart, Jean-Paul. 2010. « La vie des signes en questions: des textes aux langues et retour. » In *Textos Seleccionados do XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 11–41. Porto: APL. URL: <https://archive-ouverte.unige.ch/unige:37532>
- Coseriu, Eugenio. 1987. *O homem e sua linguagem*. 2ª ed. Traduzido por Carlos Alberto da Fonseca & Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença.
- Coseriu, Eugenio. 2010. « Du primat de l’histoire. » *Energeia* II: 56–72. DOI: <https://doi.org/10.55245/energeia.2010.004>
- Coutinho, Antónia. 2021. “Identidades textuais, linguagem inclusiva e (re)formulação.” In *Reformular, une question de genres? | Reformular, uma questão de gêneros?*, editado por Driss Ablali, Matilde Gonçalves, & Fátima Silva, 51–65. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus. URL: <http://hdl.handle.net/10362/140042>
- Coutinho, Antónia. 2023. *Linguística do texto e do discurso*. V.N. Famalicão: Húmus.
- Coutinho, Antónia, Gabriele Diwald, & María Muelas-Gil. 2024. “Introduction – Gender and Language: Perspectives and Challenges.” *ex æquo* 49: 11–17. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2024.49.02>
- Cunha, Celso, & Luís Filipe Lindley Cintra. 1984. *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Lopes, Óscar. 1972. *Gramática simbólica do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lyons, John. 1977. *Semantics* 1. Cambridge: Cambridge University Press.
- Matos, João. 2020. “Poderá uma língua natural ser sexista? Avaliação do impacto de informação gramatical e de estereótipos de género na compreensão de enunciados com sujeitos masculinos genéricos em Português Europeu.” Dissertação de Mestrado em Ciências da Linguagem, NOVA FCSH. URL: <http://hdl.handle.net/10362/110814>
- Pintasilgo, Maria de Lourdes. 1981. *Os novos feminismos*. Lisboa: Moraes Editores.
- Raposo, Eduardo Buzaglo Paiva, & Ana Maria Brito. 2020. “Concordância nominal.” In *Gramática do Português*, organizado por Eduardo B. P. Raposo, et al., 2499–2509. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Said Ali, Manuel. 1931. *Grammatica Historica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.
- Saussure, Ferdinand de. 1957. « Cours de Linguistique Générale (1908-1909). Introduction (d’après des notes d’étudiants). » In *Cahiers Ferdinand de Saussure* 15, édité par Robert Godel, 3–103. Genève : Librairie E. Droz. URL: https://www.cercleferdinanddesausure.org/CFS/Volume_15_1957.pdf

- Saussure, Ferdinand de. 1996. *Premier Cours de Linguistique Générale (1907) d'après les cahiers d'Albert Riedlinger*, editado e traduzido por Eisuke Komatsu & George Wolf. Oxford/Tokyo: Pergamon.
- Saussure, Ferdinand de. 2002. *Écrits de linguistique générale*. Paris: Gallimard.
- Sczesny, Sabine, Magda Formanowicz, & Franziska Moser. 2016. "Can Gender-Fair Language Reduce Gender Stereotyping and Discrimination?" *Frontiers in Psychology* 7: 25. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.00025>

Antónia Coutinho. Professora Associada com Agregação na Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH) e investigadora integrada do CLUNL – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa. Trabalha no quadro epistemológico do interacionismo sociodiscursivo e tem como principais interesses de investigação: linguagem e desenvolvimento humano; a dimensão textual e discursiva da elaboração do conhecimento; didática do português L1; escrita, formulação e reformulação; linguagem sensível ao género e qualidade textual.

Artigo recebido em 30 de julho de 2024 e aceite para publicação em 11 de novembro de 2024.

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:

Coutinho, Antónia. 2025. "Alternativas ao masculino genérico – ou a língua reinterpretada." *ex æquo* 51: 99-115. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.07>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Coutinho, Antónia (2025). Alternativas ao masculino genérico – ou a língua reinterpretada. *ex æquo*, 51, 99-115. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2025.51.07>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com

